

Comissão de Assuntos Parlamentares,
Ambiente e Trabalho
Rua Marcelino Lima
9901-858 Horta

Sua Referência
S/2411/2011

Sua Data
16/06/2011

Nossa Referência
0079/11

Data
21/08/2011

Assunto: Proposta de DLR - Regime jurídico da conservação da natureza e da protecção da biodiversidade

Ex.mo. Sr. Presidente da Comissão

No seguimento da Vossa comunicação referida em epígrafe junto remetemos nosso parecer.

Solicitamos a Vossa compreensão no atraso em relação ao prazo limite, que se deveu à complexidade e extensão do documento, bem como ao período de férias entretanto atravessado por alguns dos nossos colaboradores.

Com os nossos cumprimentos,

O Presidente da Direcção



Amigos dos Açores
Associação Ecológica

Sérgio Diogo Caetano

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 2780 Proc. Nº 102
Data: 01/08/23 Nº 14/2011

Visite a Gruta do Carvão

Saiba como em www.amigosdosacores.pt/grutadocarvao

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

Regime jurídico da conservação da natureza e da protecção da biodiversidade

Parecer elaborado da Associação Ecológica "Amigos dos Açores"

Este parecer à Proposta de Decreto Legislativo Regional divide-se em cinco pontos, relativos a diferentes temáticas tratadas na Proposta. Inclui-se também um Anexo com um resumo da informação científica existente sobre as espécies de aves incluídas nesta Proposta na "Lista de espécies cinegéticas" e com os argumentos contra a inclusão nela das espécies de aves nativas dos Açores.

1- Espécies protegidas

A lista de espécies que consta no **Anexo II - Espécies protegidas que ocorrem no estado selvagem no território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores** não reflecte a realidade biológica do arquipélago dos Açores. Falta um maior estudo científico para a inclusão ou exclusão de espécies deste Anexo II, que tem numerosos erros.

Para começar, não faz sentido incluir no Anexo II, como espécies protegidas, espécies que são exóticas. E muito menos quando, nalguns casos, estas espécies exóticas são consideradas espécies exóticas invasoras.

Nas Aves:

- Galliformes: As espécies *Alectorix rufa* e *Perdix perdix* são espécies exóticas introduzidas e não deveriam estar protegidas.
- Columbiformes: As variedades domésticas de *Columba livia* são introduzidas e não deveriam estar protegidas (mas sim a possível subespécie *Columba livia atlantis*).
- Passeriformes: A espécie *Passer domesticus* é uma espécie invasora nas ilhas da Macaronésia e também em todas as ilhas dos Açores, pelo que não deveria estar protegida. As espécies *Carduelis* sp. são também introduzidas.

Visite a Gruta do Carvão

Saiba como em www.amigosdosacores.pt/grutadocarvao

Nos Anfíbios e Répteis:

- As espécies *Triturus cristatus* e *Lacerta dugesii* são também introduzidas.

Há mais erros, como:

- A não inclusão, nos Mamíferos, das espécies de morcego do género *Pipistrellus* spp.
- A ave *Pelagodroma marina* está situada fora do seu grupo taxonómico, que é o dos Procellariiformes.
- A planta *Azorina vidalii* não está assinalada como endémica.

Quando é considerado o estado de conservação de uma espécie migratória (Artigo 56.3), os critérios de avaliação são aplicados "sobre a população atlântica da espécie, ou sobre a subpopulação, ou subpopulações, que origine o fluxo migratório". Mas nesta avaliação deveriam considerar-se as especiais condições que caracterizam a migração nos Açores e a elevada mortalidade que lhe pode estar associada, como por exemplo no caso das aves, e que facilmente pode acabar com uma possível rota migratória. A protecção destas espécies migradoras deveria prevalecer sobre uma possível avaliação das populações atlânticas de que, duma forma incerta, formam parte.

A existência do **ANEXO VIII - Espécies de aves prejudiciais**, que inclui três espécies, é difícil de justificar. Duas destas espécies, o Pombo-comum (*Columba livia*) e o Pardal (*Passer domesticus*) são introduzidas e esta última é ainda uma espécie invasora. Assim, estas duas espécies não deveriam estar protegidas nem este Anexo VIII abrir uma excepção à sua protecção. A terceira, a Gaivota-de-pernas-amarelas (*Larus michaellis atlanticus*) sim é uma espécie nativa. Mas o verdadeiramente "prejudicial" não é a espécie, senão a deficiente gestão dos resíduos sólidos urbanos e das pescas, que leva a um aumento artificial da sua população. Não parece razoável criar um apartado especial neste diploma só para esta espécie e para controlar os efeitos dum problema de gestão de outra índole. Especialmente quando outros artigos do

Visite a Gruta do Carvão

Saiba como em www.amigosdosacores.pt/grutadocarvao

presente diploma permitiriam igualmente soluções aceitáveis para controlar o eventual excesso de população desta espécie em zonas sensíveis.

2- Espécies cinegéticas

Dadas as especiais características insulares, bem explicadas com todo pormenor no texto introdutório do diploma, parece lógico e razoável excluir todas as espécies nativas açorianas (o que inclui espécies residentes, visitantes regulares ou ocasionais) do régimen cinegético. No entanto, no presente diploma são incluídas como espécies cinegéticas um conjunto de aves nativas. Para isso parece ter-se trasladado directamente a lista que consta na Directiva Aves, sem a adaptar às características próprias dos Açores, evidentemente muito diferentes daquelas do continente. Isto constitui um profundo erro.

Estas aves nativas, que deveriam estar protegidas da mesma forma que as outras espécies nativas, pelo facto de estarem incluídas na "Lista de espécies cinegéticas" não só vão poder ser caçadas, o que constitui frequentemente para elas uma grave ameaça, mas ficam ainda excluídas de todos os artigos do diploma que visam proteger as espécies nativas. Apesar de serem espécies nativas, não é possível aplicar-lhes as medidas de protecção que o diploma estabelece para as espécies nativas.

Ao ser consideradas cinegéticas, estas espécies nativas ficam sob um regime jurídico diferente. Ficam sujeitas a critérios de gestão com uma finalidade cinegética, não a critérios de gestão para a sua conservação efectiva. Por exemplo, estima-se que a Narceja (*Gallinago gallinago*) só tenha uma população sedentária e nidificante de perto de 6-10 casais na ilha de São Miguel, ainda que nos meses invernais esteja presente também uma população migratória indeterminada. Segundo critérios cinegéticos, só importa a existência e continuidade de exemplares durante o inverno para poderem ser caçados, não a efectiva conservação e sobrevivência da população sedentária. É perfeitamente possível que num inverno sejam caçados todos os poucos exemplares sedentários, perdendo-se definitivamente esta

população. Pelo facto de ser considerada como espécie cinegética, a protecção desta população desta espécie nativa deixa de ser efectiva, ficando excluída da aplicação das medidas de protecção que constam no diploma.

Por exemplo, estas espécies nativas, pelo facto de serem declaradas cinegéticas, ficam fora do âmbito de actuação dos Centros de Recuperação para a Fauna Selvagem, o que é de muito difícil justificação. Assim, há aves nativas feridas que podem ser tratadas nestes centros e outras que não.

Mais informações sobre este tema das aves incluídas na "Lista de espécies cinegéticas" são dadas no Anexo presente no final deste documento.

No caso das espécies não nativas consideradas cinegéticas, existe um claro conflito de interesses que o diploma não considera adequadamente. Como acontece por exemplo no caso do Coelho-bravo, há um conflito entre os interesses cinegéticos, que pretendem manter ou aumentar as populações existentes de coelho, e os interesses de conservação da natureza e outras actividades económicas como a agricultura, que pretendem reduzir ou eliminar essas populações, consideradas frequentemente como praga. Não fica claro como a inclusão duma espécie exótica na lista das espécies cinegéticas é compatibilizada com outros princípios contemplados no diploma, como são a proibição de introduzir espécies exóticas, a necessidade de controlar ou erradicar essas espécies, ou a preservação dos ecossistemas na sua forma natural.

3- Espécies invasoras

A lista de espécies que consta no **ANEXO IX - Lista das espécies da fauna e flora invasora ou com risco ecológico conhecido** é claramente insuficiente. Surpreende mesmo por não incluir espécies invasoras que já estão presentes em várias ilhas dos Açores, como é o caso duma espécie de ave, o Bico-de-lacre (*Estrilda astrild*), que pode muito provavelmente chegar a invadir também as outras ilhas.

De facto, não existe nenhuma justificação para este Anexo IX não incluir nenhuma espécie de ave. Dentro do grupo das aves é de referir a urgente necessidade de incluir as seguintes espécies exóticas invasoras já presentes nos Açores:

- O Bico-de-lacre (*Estrilda astrild*, Estrildidae), espécie invasora em muitos países do mundo, já presente nas ilhas de São Miguel e Terceira.
- O Periquito-rabijunco (*Psittacula krameri*, Psittaciformes), espécie invasora em muitos países do mundo, com uma pequena população na ilha de São Miguel.
- O Pardal (*Passer domesticus*, Passeridae), espécie invasora nas ilhas da Macaronésia, mas que infelizmente já está presente em todas as ilhas açorianas.

Mas as espécies de aves exóticas invasoras que deveriam estar incluídas neste Anexo IX são muitas mais:

- O Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de dezembro, refere como aves exóticas invasoras as seguintes espécies: *Francolinus francolinus*, *Phasianus colchicus*, *Psittacula krameri*, *Myiopsitta monachus*, *Columba passerina*, *Ploceus cucullatus*, *Ploceus melanocephalus*, *Quelea quelea*, *Euplectes afer*, *Euplectes hordeaceus*, *Euplectes franciscanus*, *Euplectes orix*, *Estrilda melpoda*, *Estrilda troglodytes*, *Estrilda astrild*, *Amandava amandava*, *Amandava subflava*, *Poephila guttata*, *Lonchura cantans*, *Lonchura mallaca*, *Lonchura maja*, *Amadina fasciata*.
- Na base de dados do Grupo Especialista em Espécies Invasoras (ISSG), da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), são referidas outras espécies exóticas invasoras como: *Pycnonotus jocosus*, *Pycnonotus cafer*, *Zosterops japonicus*, *Leiothrix lutea*, *Corvus splendens*, *Gymnorhina tibicen*, *Acridotheres tristis*, *Acridotheres fuscus*, *Carpodacus mexicanus*, *Molothrus bonariensis*, *Molothrus ater*, *Passer domesticus*. E ainda existem outras espécies referenciadas na literatura científica, como no livro "Christopher Lever, Naturalised Birds of the World, T & AD Poyser, London, 2005".

Completamente absurda é a inclusão no **ANEXO XI - Espécimes animais cuja introdução é permitida na Região Autónoma dos Açores** de todas as aves pertencentes às ordens Passeriformes e Psittaciformes. Ora, são precisamente estes dois grupos de aves os que têm um maior número de espécies invasoras a nível mundial, europeu e em território português. Quase todas as espécies invasoras referidas nos parágrafos anteriores pertencem a estes dois grupos.

Pior, as três espécies de aves invasoras, antes referidas, já presentes nos Açores pertencem precisamente a estes dois grupos. E também são Passeriformes algumas introduções mais antigas como o Pintassilgo (*Carduelis carduelis*) e o Verdilhão (*Carduelis chloris*).

Assim, a inclusão destes dois grupos no Anexo XI anula, na prática, qualquer tentativa deste diploma de impedir a chegada de novas espécies de aves invasoras à região.

Deve considerar-se que a estratégia aprovada na Convenção de Berna sobre as espécies invasoras (Estratégia europeia sobre as espécies exóticas invasoras, Piero Genovesi & Clare Shine) é recomendada a criação de medidas bastante mais restritivas sobre as espécies exóticas, nomeadamente a criação duma lista para as espécies exóticas cuja capacidade invasora anda não foi demonstrada ou descartada.

4- Introdução de espécies exóticas

No Artigo 86 deveria ser clarificado o termo "introdução", que é utilizado aplicado tanto a "introdução no território" (isto é, introdução biológica) como a "introdução na Região Autónoma dos Açores" (isto é, importação).

Há uma repetição nos Artigos 86, 90, 91 e 97. O cabeçalho da Secção III e o Artigo 90 poderiam ser eliminados. Os primeiros números do Artigo 86 poderiam ser reformulados com a inclusão do Artigo 91 da forma seguinte:

Artigo 86.º Interdição de introdução

1. É proibida a introdução, a disseminação ou libertação no território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores de espécimes de espécies exóticas e de espécies alóctones naturalizadas fora do território de distribuição presente.
2. Tendo em conta a particular sensibilidade dos ecossistemas insulares aos efeitos das invasões biológicas, é ainda proibida a **importação** para a Região Autónoma dos Açores de quaisquer propágulos viáveis de qualquer animal destinado a ser utilizado como animal de companhia ou com objectivos ornamentais, com excepção dos constantes no Anexo XI ao presente diploma, do qual é parte integrante.
3. **(Art 91)** É proibida a importação, a cedência, a compra, a venda, a oferta de venda, o transporte, o cultivo, a criação ou a detenção em local confinado, a exploração económica e

Visite a Gruta do Carvão

Saiba como em www.amigosdosacores.pt/grutadocarvao

a utilização como planta ornamental ou animal de companhia de espécimes das espécies exóticas identificadas no Anexo IX como sendo invasoras ou espécies com risco ecológico ou ambiental conhecido.

4. **(Art 91)** É igualmente proibida a detenção de espécimes de espécies exóticas que pelas suas características comportem risco ambiental importante em caso de evasão ou disseminação artificial, como forma de prevenir a possibilidade de introdução ou de repovoamento a partir de espécimes evadidos.

5. **(Art 91)** As proibições constantes dos dois números anteriores não se aplicam a espécimes ou partes de espécimes não-vivos e sem propágulos viáveis, a partir dos quais seja impossível a introdução ou o repovoamento através de espécimes evadidos.

6. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a importação com fins comerciais de animais de companhia e de plantas ornamentais apenas pode ser feita por importadores, viveiristas e criadores licenciados nos termos dos artigos 92.º e seguintes do presente diploma.

(...)

Nos Artigos 3 (espécime evadido), 90 e 149, não faz sentido a frase: *"É proibida a libertação, ainda que sem vontade deliberada de provocar uma introdução..."*, pois toda a libertação é uma introdução deliberada. Pode ser substituída, por exemplo, pela frase: *"É proibida a libertação, mesmo que decorrente de circunstâncias acidentais..."*.

Era conveniente detalhar melhor as diferentes vias de introdução das espécies exóticas, que requerem por isso um diferente tratamento legal. Seria útil seguir, por exemplo, a terminologia presente em "Hulme et al., 2008, Grasping at the routes of biological invasions: a framework for integrating pathways into policy, Journal of Applied Ecology 45: 403-414".

5- Outros conceitos

a) Artigo 3, Definições:

- Animal de companhia. Acrescentar "qualquer animal de espécie domesticada". Nem todos os animais podem ser considerados "de companhia".

- Conservação da Natureza. A presente definição é totalmente inaceitável. Máxima rentabilidade? Esta definição poderia ser talvez apropriada para "economia sustentável" (tirando o "máxima"), mas nunca para "conservação da natureza", que é a preservação dos ecossistemas naturais.

Deveria constar: "a gestão da utilização humana da Natureza, de modo a compatibilizar de forma perene o seu uso e a capacidade de regeneração de todos os recursos vivos"

O mesmo no Artigo 4.1.

- Recursos biológicos. Também inaceitável. Todos os organismos têm valor no ecossistema e, portanto, para a humanidade. É este precisamente o conceito de biodiversidade.

Deveria constar: "os recursos genéticos, organismos ou partes deles, populações ou qualquer outro tipo de componente biótico de valor ou utilidade económica, actual ou potencial".

O mesmo para a definição de Recursos genéticos.

b) Poderia ser contemplada a possibilidade de declarar como "zona de protecção de interesse local" (Artigo 31) as propriedades particulares nas quais os seus proprietários, por iniciativa própria, manifestassem o desejo de criação duma reserva ou micro-reserva, e sempre que estas reservas possam ter real interesse como complemento das áreas já protegidas.

c) As actividades lúdicas ou desportivas não deveriam justificar acções de "Correcção da densidade populacional" (Artigo 65) sobre espécies protegidas.

No mesmo Artigo (ponto 4), a expressão "espécimes destruídos" é muito infeliz. Todos os espécimes retirados devem ser necessariamente "destruídos"? Melhor substituir por "espécimes retirados".

d) A taxidermia (Artigo 78) actualmente não é aceite para fins de investigação, nem de educação. Na realidade, esta prática é cada vez menos aceite e está proibida nalguns países.

e) A distribuição das espécies ameaçadas (Artigo 82, Informação pública)

deve ser mantida em segredo nos casos mais graves, para evitar que os espécimes possam ser capturados, caçados, etc. Deveria acrescentar-se: "sempre que esta informação não ponha em perigo a espécie".

ANEXO

Aves que constam na Proposta de Decreto Legislativo Regional - Regime Jurídico da Protecção da Biodiversidade, dentro da Lista de espécies cinegéticas da Região Autónoma dos Açores:

Anseriformes:

| | |
|---------------------------|---------------------------|
| <i>Anas platyrhynchos</i> | pato-real |
| <i>Anas strepera</i> | pato-frisado, frisado |
| <i>Anas clypeata</i> | pato-trombeleiro |
| <i>Anas crecca</i> | pato-marreco, marrequinha |
| <i>Anas penelope</i> | pato-pladeiro; |
| pladeira | |
| <i>Anas acuta</i> | arrabio |
| <i>Anas querquedula</i> | pato-marreco |

Galliformes:

| | |
|-----------------------|-----------------|
| <i>Alectoris rufa</i> | perdiz-vermelha |
|-----------------------|-----------------|

Anseriformes

A maioria destas espécies encontram-se nos Açores como visitantes invernais pouco frequentes ou raros, estando presentes sempre em números muito baixos. Pelo facto de ter menos de cem registos ornitológicos em todo o arquipélago, estas são consideradas como *raridades* (espécies de ocorrência ocasional).

São referidos, no entanto, registos de nidificação para duas espécies: o pato-real e o pato-marreco. A nidificação do pato-real (*Anas platyrhynchos*) na região é escassa, pelo que a caça indiscriminada de indivíduos residentes e migradores poderá pôr em risco a população autóctone. A outra espécie, o pato-marreco (*Anas crecca*), era considerada nidificante nos Açores, mas deixou de o ser nos últimos anos, podendo ter contribuído para isso a pressão cinegética.

Em geral, a pressão exercida pelos caçadores sobre todas estas espécies de Anseriformes é particularmente grave, pois podem chegar a impedir a alimentação dos indivíduos nos habitats restritos que utilizam, provocando assim a morte indiscriminada de indivíduos de várias espécies.

Nenhuma das aves deste grupo tem atribuída uma categoria de protecção dentro do arquipélago. Considerando a lista proposta de espécies cinegéticas, parece existir a ideia errada de que o estado de conservação duma espécie nos Açores deverá ser igual ao estado de conservação dessa mesma espécie no território continental, quando na realidade deverá ser provavelmente muito diferente. Aliás, deve considerar-se que uma espécie até pode ter mais de uma categoria, como acontece por exemplo com o pato-trombeteiro (*Anas clypeata*) em Portugal continental, onde há uma população residente com categoria EN (Em Perigo) e outra população invernante com categoria LC (Pouco Preocupante). Assim, é errado transpor directamente o texto da Directiva Aves e as suas listas para a realidade do território insular açoriano. O facto dos Açores estarem incluídos dentro da região biogeográfica da Macaronésia implica a necessidade de realizar adaptações ou modificações em qualquer tipo de lista elaborada para o território continental.

Na realidade, as características que estas espécies apresentam nos Açores, com populações muito reduzidas e irregulares, desconhecendo-se a sua relação com populações continentais ou atlânticas, com a utilização de habitats de dimensões muito restritas, ocupando ecossistemas de carácter sensível devido à sua insularidade, coadunam-se grandemente com os parâmetros que levam a considerar uma espécie com a categoria de espécie ameaçada.

Para além disto, a lista proposta de espécies cinegéticas resulta na prática de impossível aplicação no caso dos Anseriformes, pois existe uma real impossibilidade de identificar correctamente muitos das espécies pertencentes a este grupo. A identificação destas espécies representa um problema mesmo para os ornitólogos, particularmente no caso das fêmeas, mas também no caso dos machos durante o período outonal, em que apresentam a plumagem chamada de eclipse. Nos Açores, esta dificuldade é ainda maior devido à chegada dum elevado número de espécies americanas, muitas delas com grande afinidade genética com as espécies europeias e com as quais apresentam um grande parecido fenotípico.

Deve ainda acrescentar-se que estas espécies de Anseriformes, sempre presentes em baixo número, não podem ter mais que um significado puramente residual no âmbito da actividade cinegética. Pelo contrario, existe a nível mundial um crescente turismo de observação de aves (*birdwatching*) que atrai a muitas pessoas à nossa região [1] e para o qual este grupo de espécies é um dos principais atractivos. A protecção e conservação destas espécies, junto com o respeito pelos seus habitats, constitui assim uma grande mais-valia económica para a região, até agora pouco e injustamente valorizada.

Anas platyrhynchos – Pato-real

O “Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal” [2] assinala a espécie com a categoria DD (Informação Insuficiente) para os Açores. É considerada, com algumas dúvidas, como uma espécie nidificante no arquipélago.

Várias formas domésticas desta espécie têm sido introduzidas no ambiente natural dos Açores, pelo que se torna difícil determinar a origem selvagem ou doméstica de

muitos dos exemplares observados. Assim, pensa-se que os registos de reprodução poderiam talvez ser devidos unicamente a indivíduos de origem doméstica.

A presença de formas domésticas poderá colocar problemas de hibridação à espécie selvagem, levando a uma perda da integridade genética da sua população. Também resulta preocupante a possível interacção entre indivíduos selvagens e domésticos, nomeadamente a formação de casais mistos (o emparelhamento acontece durante os meses invernais), pois esta situação pode levar à alteração de padrões migratórios nos indivíduos selvagens, impedindo-os de migrar.

Existe uma espécie muito parecida: o pato-escuro-americano (*Anas rubripes*), da qual existem 90 registos ornitológicos no arquipélago dos Açores [3]. Considerando a notória dificuldade para distingui-las, a inclusão duma destas espécies como cinegética implicaria na prática a inclusão de ambas espécies.

Anas strepera – Pato-frisado, frisada

O "Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal" [2] não assinala categoria para esta espécie, por considerar-se a sua presença nos Açores como uma raridade. Existem unicamente 42 registos ornitológicos desta espécie para todo o arquipélago [3].

Anas clypeata – Pato-trombeteiro

O "Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal" [2] não assinala categoria para esta espécie, por considerar-se a sua presença nos Açores como uma raridade. Existem unicamente 53 registos ornitológicos desta espécie para todo o arquipélago [3].

Anas crecca – Pato-marreco, marrequinha

O "Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal" [2] assinala a espécie com a categoria DD (Informação Insuficiente) para os Açores. A espécie era dada como reprodutora na região [4], mas não existem dados de reprodução nos últimos anos.

Existe uma espécie muito parecida: a marrequinha-americana (*Anas carolinensis*), da qual existem 128 registos ornitológicos no arquipélago dos Açores [3]. Considerando a

notória dificuldade para distingui-las, a inclusão duma destas espécies como cinegética implicaria na prática a inclusão de ambas espécies.

Anas penelope – Pato-piadeiro; piadeira

O "Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal" [2] não assinala categoria para esta espécie, por considerar-se a sua presença no arquipélago como uma *raridade*. No entanto, face aos últimos registos ornitológicos, ultrapassando já a centena [3], deixou de ser considerada como *raridade* no ano 2011.

Existe uma espécie muito parecida: a piadeira-americana (*Anas americana*), da qual existem 137 registos ornitológicos no arquipélago dos Açores [3]. Considerando a notória dificuldade para distingui-las, a inclusão duma destas espécies como cinegética implicaria na prática a inclusão de ambas espécies.

Anas acuta – Arrabio

O "Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal" [2] não assinala categoria para esta espécie, por considerar-se a sua presença nos Açores como uma *raridade*. Existem unicamente 84 registos ornitológicos desta espécie para todo o arquipélago [3].

Anas querquedula – Pato-marreco

O "Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal" [2] não assinala categoria para esta espécie, por considerar-se a sua presença nos Açores como uma *raridade*. Existem unicamente 31 registos ornitológicos desta espécie para todo o arquipélago [3].

Galliformes

Entre as espécies de Galliformes que constam na lista de espécies cinegéticas estão duas espécies exóticas, a perdiz-vermelha e a perdiz-cinzenta, cuja presença nos Açores implica a sua prévia introdução no meio natural das nossas ilhas. A introdução de espécies exóticas é considerada uma grave ameaça para a conservação da

biodiversidade e está proibida pelas leis e tratados nacionais e internacionais. No entanto, continua a ser permitida, de forma sempre questionável, quando existem alguns interesses para determinadas actividades económicas, como é o caso da actividade cinegética.

Deve considerar-se, no entanto, que no caso das ilhas e os sistemas insulares, a introdução de espécies exóticas reveste uma muito maior gravidade, pois neste âmbito é reconhecida como a principal causa de perda da biodiversidade. Assim, num ambiente insular restrito, sensível e de pequena dimensão como o dos Açores a introdução de qualquer tipo de espécie exótica é altamente desaconselhável.

Um problema semelhante se coloca em relação à outra espécie incluída na lista, a codorniz. Apesar de ser uma espécie considerada nativa, é frequentemente criada e libertada nos Açores com propósitos cinegéticos. Nestes tipos de largadas existe o enorme perigo de estar a introduzir uma variedade, raça ou subespécie diferente daquela que é nativa nos Açores. De facto, é frequente no continente a criação de codornizes de raças diferentes, e ainda de híbridos entre diferentes espécies, situação esta que facilmente pode repetir-se nos Açores. A introdução destes indivíduos, geneticamente diferentes da subespécie nativa, poderá afectar gravemente a sobrevivência e integridade genética da população nativa dos Açores.

É de salientar ainda que as largadas destas espécies ou variedades exóticas parecem ter pouco benefício para a maioria dos caçadores da região.

Alectoris rufa – Perdiz-vermelha

Espécie exótica cuja presença na região se deve à sua introdução com propósitos cinegéticos. Existem dados de que esta espécie poderia ter nidificado nos Açores [1]. Assim, existe o risco da perdiz-vermelha poder chegar a estabelecer-se na região, aumentando o número de espécies exóticas potencialmente invasoras.

Coturnix coturnix – Codorniz

O "Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal" [2] assinala a espécie com a categoria DD (Informação Insuficiente) para os Açores.

Nos Açores está descrita uma subespécie nativa (*Coturnix coturnix conturbans*) diferente daquela do continente (*C. c. coturnix*). A sobrevivência e integridade genética desta subespécie nativa poderá estar em causa devido às frequentes largadas com fins cinegéticos de indivíduos criados em cativeiro, pertencentes seguramente a variedades exóticas ou sendo mesmo híbridos (no continente, por exemplo, já foram introduzidos híbridos de *C. coturnix* e *C. japonica*). No entanto, existem dúvidas sobre a autêntica origem desta subespécie nativa, não se descartando ser consequência de antigas ou históricas introduções de exemplares, pelo que esta espécie deveria ser talvez considerada exótica e não nativa dos Açores. As populações selvagens desta espécie parecem ser bastante reduzidas e muito sensíveis à pressão cinegética. Isto tem motivado a declaração de reservas de caça para esta espécie nalgumas das ilhas açorianas, com o objectivo de permitir a recuperação das suas populações mais ameaçadas. Assim, para a Graciosa e o Faial foram feitos Decretos Regulamentares Regionais [5] proibindo a caça desta espécie num total de oito reservas parciais.

Perdix perdix – Perdiz-cinzenta

Espécie exótica cuja presença na região se deve à sua introdução com propósitos cinegéticos.

Charadriiformes

As duas espécies de Charadriiformes que constam na lista de espécies cinegéticas possuem no arquipélago populações muito reduzidas em quase todas as ilhas. Para além disso, encontram-se geralmente associadas a um tipo de habitat, as turfeiras e outra vegetação húmida de altitude [6], que é muito frágil e cada vez mais valorizado do ponto de vista ambiental e científico, sendo já equiparado em importância à floresta laurissilva.

Gallinago gallinago – Narceja

O "Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal" [2] assinala a espécie com a categoria DD (Informação Insuficiente) para os Açores. No entanto, esta espécie ocupa habitats que apresentam geralmente uma grande fragilidade, o que motiva, por exemplo, que no território português continental a sua população nidificante tenha a categoria CR (Criticamente em Perigo).

Nos Açores, a população nidificante é bastante escassa, com um total de 278-418 casais em todo o arquipélago [7]. Nas diferentes ilhas, o número de casais nidificantes tem uma considerável variabilidade: 6-10 casais em São Miguel, 34-38 na Terceira, 2-4 no Faial, 85-88 no Pico, 180-193 em São Jorge e 30-34 nas Flores. A espécie não nidifica em Santa Maria e Graciosa.

A população nidificante desta espécie está em declínio nos Açores devido à perda de habitat, correspondente às zonas húmidas de altitude, como consequência do aumento das explorações agropecuárias de tipo intensivo [7]. A pressão cinegética é também considerada uma ameaça para a espécie [8].

A possível chegada durante os meses de inverno de indivíduos migradores desta espécie não está devidamente estudada [9].

Existe uma espécie muito parecida no arquipélago: a Narceja-americana (*Gallinago delicata*). Há suspeitas de que, na realidade, esta espécie americana represente uma parte importante da população invernal de narcejas do arquipélago [8]. Considerando a extrema dificuldade para distingui-las, quase unicamente possível com a ave na mão, a inclusão da narceja na lista de espécies cinegéticas implicaria, na prática, a inclusão também da narceja-americana.

Scolopax rusticola – Galinhola

O "Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal" [2] assinala a espécie com a categoria DD (Informação Insuficiente) para os Açores.

No arquipélago dos Açores, o habitat desta espécie está associado à vegetação arbórea preferentemente nativa [10, 11]. Assim, a sua população tem seguramente sofrido um importante decréscimo devido à perda desse habitat, consequência da desmatção de algumas zonas, da eliminação de manchas de vegetação nativa e

da chegada de plantas invasoras [7, 10]. A pressão cinegética é considerada também uma ameaça para a espécie [8].

A fragilidade das populações desta espécie, devida à sua distribuição restrita e abundância geralmente baixa [10], tem levado a proibição da sua caça em diferentes ilhas, como São Miguel e São Jorge, por diferentes períodos. No entanto, noutras ilhas, como Pico e Flores, a situação da população poderia ser menos desfavorável [7].

Columbiformes

Existe um elevado desconhecimento sobre a situação e caracterização do pombo-de-rocha, única espécie incluída nesta lista de espécies cinegéticas.

Columba livia – Pombo-da-rocha

O "Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal" [2] assinala a espécie com a categoria DD (Informação Insuficiente) para os Açores.

No nosso arquipélago, é referida a existência duma subespécie (*Columba livia atlantis*) comum às ilhas macaronésicas, mas o seu estatuto nos Açores não é nada claro. Foram introduzidas numerosas formas domésticas desta espécie na nossa região, actualmente encontradas num estado semi-doméstico ou selvagem. Como consequência disto, é de esperar a existência duma forte hibridação entre estas formas domésticas e a possível subespécie selvagem. Existe portanto uma completo desconhecimento sobre a existência, situação e abundância da subespécie nativa, que a continuar a existir estaria gravemente ameaçada.

É ainda de salientar que, apesar das diferenças entre as duas espécies, a caça dos pombos-da-rocha poderia colocar alguns riscos ao pombo-torcaz (*Columba palumbus azorica*), subespécie endémica de grande importância para a conservação da laurissilva.

REFERÊNCIAS

- [1] Filipe Barata. 2002. A avifauna aquática nas zonas húmidas da costa leste da ilha Terceira – um contributo para a sua conservação (Tese de Mestrado). Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo.
- [2] ICNB. Livro vermelho dos vertebrados de Portugal. <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/Valores+Naturais/Livro+Vermelho+dos+Vertebrados/>
- [3] Birding Azores. <http://azores.seawatching.net/>
- [4] Paulo A. V. Borges. 2005. Lista preliminar dos Nematoda, Annelida e Chordata terrestres dos Açores. Em: Listagem da Fauna e Flora terrestre dos Açores. (Eds: P. Borges, R. Cunha, R. Gabriel, A. Martins, L. Silva, V. Vieira). Direcção Regional do Ambiente e Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.
- [5] Decreto Regulamentar Regional: Nº 1/2000/A; Nº 10/2005/A.
- [6] Cecília de Sousa Melo. 1998. Estudo da comunidade de aves terrestres da ilha do Pico e a sua relação com a estrutura da vegetação (Relatório de Estágio). Departamento de Zoologia e Antropologia, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- [7] Carlos Pereira. 2005. Recenseamento de Galinhola *Scolopax rusticola*, de Narceja *Gallinago gallinago* e de Bufo-pequeno *Asio otus* no Arquipélago dos Açores. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, Lisboa.
- [8] Carlos Pereira. 2010. Aves dos Açores. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, Lisboa.
- [9] Pedro Rodrigues, Gerbrand Michielsen. 2010. Observação de aves nos Açores. Editora Artes e Letras, Ponta Delgada.
- [10] Ana Luísa Machado, José Carlos Brito, Vasco Medeiros, Manuel Leitão, Carla Moutinho, André Jesus, Yves Ferrand, David Gonçalves. 2008. Distribution and habitat preferences of Eurasian woodcock *Scolopax rusticola* in S. Miguel island (Azores) during the breeding season. *Wildlife Biology*, 14: 129-137.
- [11] Ana Luísa Machado, David Gonçalves, Yves Ferrand, António Silveira. 2002. First data on Woodcock *Scolopax rusticola* breeding in Pico Island, Azores. *Airo*, 12: 35-44.